



RELATÓRIO ANUAL

2024

RELATÓRIO DE
GESTÃO E CONTAS



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
I. CONTEXTO	4
II. BALANÇO DA EXECUÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO	5
A. EIXO ESTRATÉGICO 1:	
1.1. REFORÇAR A CAPACIDADE DE ACTUAÇÃO DE REDES DE ACTIVISTAS E ORGANIZAÇÕES INFORMAIS PARA INFLUENCIAR PROCESSOS DE MUDANÇA SOCIAL E POLÍTICA NOS SEUS MUNICÍPIOS	6
1.2. PROMOVER A SENSIBILIZAÇÃO DOS CIDADÃOS PARA AUMENTAR O NÚMERO DE PESSOAS QUE SE ENVOLVEM EM ACÇÃO CIDADÃ LOCAL, DE APOIO ÀS ACÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA, ATINGINDO UM NÚMERO NÃO INFERIOR A 20 ACTIVISTAS POR PROVÍNCIA	7
1.3. MICROPROJECTOS FINANCIADOS	8
1.3.1. PROGRAMA DE RÁDIO: “A MUDANÇA SOMOS NÓS” 12	8
1.3.2. EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA: “LEVANDO CIDADANIA ÀS ESCOLAS” 13	8
1.3.3. EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA NAS COMUNIDADES, “ULONGA”	9
1.3.4. PRODUÇÃO DE AUDIOVISUAIS: CIDADANIA ACTIVA 15	10
1.3.5. MULHER: “O RESGATE DA JOVEM MULHER NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA” 17	11
1.3.6. EDUCAÇÃO CÍVICA COM UTILIZAÇÃO DA ARTE: “PROJECTO CIDADANIA EM CENA”	13
1.3.7. PROGRAMA DE RÁDIO: “JUSTIÇA E PAZ”	13
1.3.8. PROGRAMA DE RÁDIO: ECOS DA CIDADANIA	14
1.4. DIFICULDADES NA GESTÃO DOS MICROPROJECTOS	14
B. EIXO ESTRATÉGICO 2:	
1.1. MONITORIA DE IMPRENSA	15
1.2. PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO	16
C. EIXO ESTRATÉGICO 3:	
2.1. MONITORIA DO SISTEMA DE JUSTIÇA - RELATÓRIO SOBRE AS DILIGÊNCIAS REFERENTES AO CASO DOS 235 PRESOS POLÍTICOS NA REGIÃO LESTE DE ANGOLA (ANEXO 7)	19
2.2. PROMOVER A SENSIBILIZAÇÃO DOS CIDADÃOS PARA AUMENTAR O NÚMERO DE PESSOAS QUE SE ENVOLVEM EM ACÇÃO CIDADÃ LOCAL, DE APOIO ÀS ACÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA, ATINGINDO UM NÚMERO NÃO INFERIOR A 20 ACTIVISTAS POR PROVÍNCIA	19
III. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E DE RECURSOS HUMANOS	
ÁREAS DE SERVIÇOS PRESTANDO APOIO À HANDEKA NO SEU PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL: UNIFORMIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E PRESTAÇÃO DE CONTAS	22
IV. RESUMO FINANCEIRO	24
V. SUSTENTABILIDADE	26





INTRODUÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos o Relatório Anual referente ao exercício de 2024, documento que sumariza as actividades, resultados e avanços alcançados pelo Movimento Cívico Mudei ao longo deste período. **Este relatório, foi preparado pela HANDEKA, organização executora dos diferentes projectos do Mudei**, e foi elaborado em conformidade com as melhores práticas de transparência e prestação de contas, tem como objetivo fornecer uma visão abrangente e detalhada do desempenho, abordando os principais aspectos de sua gestão, incluindo:

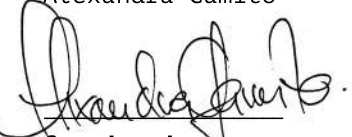
- Desempenho Operacional face às metas estabelecidas no planeamento estratégico 2023-2027: Apresentação dos principais indicadores de produção, vendas, eficiência operacional e qualidade dos produtos e serviços.
- Projetos e Iniciativas: Descrição dos projetos e iniciativas estratégicas implementadas ao longo do ano, seus objetivos e resultados.
- Governança e estrutura de recursos humanos: apresentamos a estrutura de governação e os mecanismos de separação de poderes entre o funcionamento do Movimento Cívico Mudei e a Handeka e a estrutura de Recursos Humanos.
- Desempenho Financeiro e sustentabilidade financeira: uma síntese dos resultados financeiros, indicando o nível de captação de recursos, despesas e saldos por projecto e saúde financeira da organização.

Acreditamos que este relatório constitui um importante instrumento de comunicação com nossos stakeholders, incluindo membros, colaboradores, fornecedores de serviços, parceiros e a sociedade em geral. Ao divulgar de forma transparente nossos resultados e desafios, fortalecemos a confiança na nossa organização e reafirmamos nosso compromisso com a criação de valor sustentável.

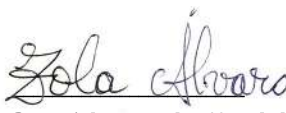
Aproveitamos a oportunidade para agradecer a todos os colaboradores, parceiros e demais stakeholders que contribuíram para o sucesso de nossa organização ao longo do ano de 2024.

Cordialmente,

Alexandra Gamito


Coordenadora
Movimento Cívico Mudei

Zola Álvaro


Presidente da Handeka



• CONTEXTO

Para o período em referência, testemunhámos o constante recurso ao *lawfare* por parte de um governo ilegítimamente constituído, para dar força de lei ao cerceamento de liberdades fundamentais. Constatámos claros retrocessos no que concerne à garantia dos direitos e liberdades fundamentais consagrados na Constituição, bem como os direitos previstos na Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e demais tratados relativos aos direitos humanos ratificados por Angola. Abaixo registámos os eventos mais significativos na degradação do contexto político que afectam de alguma forma o projeto, pois minam a confiança para a acção civil e política pela via da cidadania activa e da acção da sociedade civil.

A aprovação na generalidade a 25 de maio de 2023 da **Lei do Estatuto das ONG** pela Assembleia de Angola, apesar das duras críticas das organizações da sociedade civil, denunciando que esta limita o direito de associação e confere ao executivo poderes excessivos para interferir nas actividades das organizações, com a única intenção de rotular muitas delas de terroristas e branqueadores de capitais, embora Angola nunca tenha registado casos de género. Pelo contrário, essa fundamentação configura terrorismo institucional, cujo alvo são algumas organizações da sociedade civil. A Constituição da República de Angola consagra a liberdade de associação, expressão e manifestação, como garantias fundamentais dos cidadãos. A lei das associações em processo de aprovação pela assembleia nacional, tem como objectivo controlar e inibir as actividades das associações que não estejam alinhadas ao Governo. Esta intenção está na contramão dos princípios do Estado de direito democrático, demonstrando um desrespeito do trabalho das organizações da sociedade civil e dos defensores de direitos humanos/activistas. As ameaças, perseguições e prisões ilegais dos defensores de direitos humanos que denunciam ou realizam manifestações pacíficas contra actos de má governação e violações dos direitos e liberdades da cidadania é cada vez mais frequente.

A nova lei restritiva se compara com o decreto de 2015 que foi **declarado inconstitucional**, depois de interposto um recurso de inconstitucionalidade pela Ordem de Advogados de Angola.

No geral o conteúdo e o espírito do decreto presidencial 74/15 sobre o Regulamento das ONG é semelhante ao da ora aprovada Lei do Estatuto das ONG, configuram-se os mesmos deveres e direitos, com uma ou outra alteração mínima de redação que em nada altera o espírito de um estado controlador e repressor. Por outro lado, no decreto declarado inconstitucional estava previsto um órgão administrativo tutelado pelo Executivo angolano (o “IPROCAC”) com competência de superintendência e controlo das acções das OSC. A proposta de Lei do Estatuto das ONG recentemente aprovada tem previsto um órgão similar e com as mesmas atribuições que o anterior IPROCAC.

Para tal, as organizações da sociedade civil estão a desenvolver acções conjuntas para impedir a aprovação final dessa lei e a sua entrada em vigor e, do ponto de vista da certeza e segurança jurídicas, os tribunais deveriam estar alinhados com o princípio do precedente, da jurisprudência. As organizações da sociedade civil fizeram posicionamentos públicos em simultâneo alertando a sociedade em geral sobre os perigos que esta lei representa contra as liberdades civis e políticas e, consequentemente, contra os direitos fundamentais, caso a lei seja aprovada. De igual modo foram feitos apelos urgentes aos relatores especiais da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e das Nações Unidas (ONU) que têm mandato sobre a liberdade de associação e a defensores dos direitos humanos, para que alertem o governo angolano sobre as consequências que tal lei trará no respeito dos direitos humanos.

Os financiamentos externos às Igrejas e ONGs nacionais e internacionais em Angola passam a ser controlados pela Unidade de Informação Financeira (UIF) para prevenir “acções suspeitas de branqueamentos de capitais e financiamento ao terrorismo”. Um protocolo que dá corpo a esta intenção do Governo foi assinado a 25 maio de 2024, entre o Ministério da Ação Social, Família e Proteção da Mulher e a UIF.

Por outro lado, a 18 de julho, foi aprovada pela Assembleia Nacional, a **Lei dos Crimes de Vandalismo Público**, com abstenção da UNITA e unanimidade dos outros grupos parlamentares (MPLA, PRS, FNLA e PHA). Está em processo de aprovação a Lei de Segurança Nacional. As duas leis são de constitucionalidade duvidosa, desconfiando-se haver uma intenção escondida de usar estas leis para se criminalizar indivíduos e organizações que organizem manifestações em que se verifiquem perturbações, distúrbios ou, eventualmente, destruição de propriedade/património; ou sob pretexto de manutenção da segurança nacional, cortar as comunicações (acesso a internet e telefone), o que impediria organizações independentes de fazer observação eleitoral.

A **Lei da Divisão Político Administrativa** aprovada a 14 de agosto de 2024, por 94 dos 127 deputados dos MPLA, votação contra da UNITA e abstenção dos outros partidos, cria um total de 23 províncias e 581 municípios. Principais críticas à Lei:1) falta de uma consulta pública adequada que pode resultar em distanciamento entre a legislação e a realidade das necessidades da população, levando a um aumento da insatisfação pública e à perda de confiança generalizada nas instituições; 2) a pressa com que essas leis foram aprovadas levanta suspeitas sobre os verdadeiros objectivos destas medidas, e negligenciam implicações identitárias e financeiras muito preocupantes; 3) num momento em que Angola enfrenta grandes desafios socioeconómicos, essas leis parecem ser parte de uma estratégia maior, possivelmente direccionada a justificar uma revisão da Constituição; 4) a maioria dos cidadãos olha com muito cepticismo para a capacidade do governo gerir eficazmente este aumento de províncias, uma vez que é conhecido o seu histórico de má governação com as já existentes, pois Angola é um dos países com o índice de capital humano mais baixo (0,36 em 2020) e em que grande parte da população vive com menos de um dólar por dia.

Porém, analisando de outro ângulo, podemos dizer que essas mesmas tentativas do uso de lawfare são indicadores de um regime que reage a uma sociedade civil que começa a estar mais bem organizada e mais vocal, dependendo a sua sobrevivência da total manutenção do poder.

O contexto continua a ser agreste e de difícil navegação.

II. BALANÇO DA EXECUÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO.

A. EIXO ESTRATÉGICO 1: Monitoria de processos eleitorais (nacionais e locais)

OBJECTIVOS: estabelecer uma rede de ativistas e organizações formais e não legalizadas, mas com actuação e reconhecimento na comunidade que possam fazer observação eleitoral

Projectos elaborados, executados ou em negociação

	Projectos elaborados	Foco do projecto	Estado	
01	RRM - Reforço da Rede Mudei	Educação cívica Empoderamento de grupos locais	Finalizado a 31 setembro	NED 50.000 USD 1 ANO
02	RACSC - Reforço da Articulação e Coordenação da Sociedade Civil	Educação cívica eleitoral Empoderamento de grupos locais	Iniciou a 1 de outubro Finaliza a 31 de setembro de 2026	NED 160.000 USD 2 ANOS
03	PPMC - Projecto de promoção da participação Mulher e Cidadania	Estudo sobre a visão da mulher	Submetido	ALDA 1 ANO

Efeitos Esperados:

Incremento da participação das Angolanas e Angolanos no processo político;
Criação de dinâmicas de empoderamento cívico nos vários processos de tomada de decisão política;
Estabelecimento de clima institucional favorável à pluralidade, tolerância e coesão na diversidade;
Apoio no processo de construção do Estado Democrático e de Direito

Estimamos terem participado acima de 173 126 pessoas nas acções dos projectos. Nesta estimativa, não incluímos as pessoas que participam nas redes locais para a tomada de decisões, pois não temos desenvolvidas ferramentas de recolha e tratamento deste tipo de informação.

Formação para a elaboração de projectos	25
Formação sobre gestão financeira	18
Treinamento sobre Segurança Digital	41
Formação Mecanismos defesa Direitos Humanos	40
Programa de rádio: “A Mudança Somos Nós”	169 723
Educação para a cidadania: “Levando cidadania às escolas”	690
Educação para a cidadania nas comunidades: “Cidadania para todos”	1269
Produção de audiovisuais: Cidadania Activa	200
Mulher: “O resgate da jovem mulher na construção da cidadania”	320
Educação cívica com utilização da arte: “Projecto cidadania em cena”	0
Programa de rádio: “Justiça e Paz”	800
	173 126

•REFORÇAR A CAPACIDADE DE ACTUAÇÃO DE REDES DE ACTIVISTAS E ORGANIZAÇÕES INFORMAIS DE INFLUENCIAR PROCESSOS DE MUDANÇA SOCIAL E POLÍTICA NOS SEUS MUNICÍPIOS

Indicador: que até ao final do projecto tenha aumentado o número de pessoas que se envolvem em acção cidadã em seis províncias, de apoio às acções de educação para a cidadania, atingindo um número não inferior a 20 activistas por província.

Análise do cumprimento do indicador:

Executámos acima do planificado na carteira do projecto:

- a) Com as formações promovidas, em pelo menos seis províncias, 12 pessoas participaram em formações, nas restantes províncias pelo menos cinco pessoas participaram na formação.
- b) Conseguimos manter viva as redes de trabalho (ainda embrionárias) em todas as províncias e realizar acções conjuntas que descrevemos no eixo II, do presente relatório.

Principais acções realizadas

1) Formação para a elaboração de projectos

Objectivo: munir os participantes de ferramentas para a elaboração de projectos. Inscreveram-se na formação 25 participantes.

Principais conteúdos:

- a) Uma apresentação formal do projecto da Rede de Actuação Mudei aos Parceiros;
- b) Treinamento introdutório sobre a Teoria de Mudança;

2) Formação sobre gestão financeira

Objectivo: munir os participantes de conhecimentos básicos para a gestão dos Microprojectos.

Total de participantes: 18, três por cada organização selecionada para a implementação dos Microprojectos.

Tópicos principais abordados:

- a) Gestão Financeira para gestores
- b) Contabilidade Financeira
- c) Registos Contabilísticos e os Relatórios
- d) Documentação de Suporte
- e) Sistema de Controlo
- f) Relatórios Financeiros

3) Treinamento sobre Segurança Digital

Objectivo: munir os activistas do Mudei de conhecimentos para aumentar a segurança digital.

Total de participantes: 41, dois participantes por província e 5 membros do grupo de coordenação.

Realizou a formação: **Frontline Defenders**.

4) Formação Mecanismos defesa Direitos Humanos

Objetivo: capacitar os ativistas da rede MUDEI para identificar, denunciar e combater violações de direitos humanos localmente, utilizando instrumentos legais nacional e internacionalmente aceites por Angola.

Inscreveram-se 134 pessoas, dentre as quais foram seleccionadas 40.

Tópicos principais abordados:

- a) Formulário virtual no aplicativo ODK Koolbox Collect para a colecta de dados em diversos formatos.
- b) Constituição da República de Angola
- c) Direitos e deveres fundamentais garantidos pela legislação angolana, as garantias dos direitos e liberdades fundamentais e as instituições de proteção dos direitos humanos no país.
- d) Mecanismos Internacionais de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos, destacando o Sistema ONU e a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.
- e) Sistema Africano de Proteção e Promoção dos Direitos Humanos, incluindo a Comissão Africana, os Relatores Especiais e o Tribunal Africano. Foram abordados estudos de caso de denúncia e a Proteção Nacional dos Direitos Humanos.

Realizou a formação: **Centro de Direitos Humanos e Cidadania da Universidade Católica**

1.2 PROMOVER A SENSIBILIZAÇÃO DOS CIDADÃOS PARA AUMENTAR O NÚMERO DE PESSOAS QUE SE ENVOLVEM EM ACÇÃO CIDADÃ LOCAL, DE APOIO ÀS ACÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA, ATINGINDO UM NÚMERO NÃO INFERIOR A 20 ACTIVISTAS POR PROVÍNCIA.

Indicador: que até ao final do projecto, em seis províncias se tenham realizado micro-projectos com o objectivo de desenvolver educação para a cidadania, atingindo um número não inferior a 20 activistas por província.

Análise do indicador: cumprimos a 100% o indicador estabelecido.

Principais acções:

- a) Abertura de candidatura, constituição do painel de selecção, selecção dos projectos, assinatura de convénio dos micro projectos;
- b) Orientação para melhorar a estrutura inicial dos projectos (duas organizações);
- c) Acompanhamento e orientação;
- d) Identificação dos problemas dos relatórios financeiros;
- e) Produção de uma planilha para gestão do caixa e orientação para a recolha de comprovativos contabilísticos;
- f) Encontros personalizados com cada equipa para formação na área de contabilidade.

As palestras contaram com a facilitação dos membros da equipa Jaime Domingos e Hélder Gabriel, que partilharam ideias sobre os conceitos de cidadania, democracia e participação cívica, a importância da participação cívica, as técnicas de participação cívica, a relação existente entre a escola e a participação cívica e a liderança comunitária.

O documentário “Gabriel Reporting on the World Cup” teve como objectivo estabelecer relação entre a realidade das comunidades brasileiras e angolanas. Depois seguiram-se os debates sobre as ilações tiradas por cada estudante, tendo os membros da equipa do projecto recomendado que cada cidadão pode participar na resolução dos problemas que afectam a sua comunidade, tal como foi ilustrado no documentário. E encorajaram os estudantes a serem cidadãos activos, exercendo a liderança comunitária nas suas localidades.

O exercício sobre a resolução dos problemas comunitários, visou despertar a necessidade da participação cívica dos estudantes, no sentido de serem proactivos na resolução dos problemas comunitários e despertar o espírito de trabalho em equipa.

Indicadores quantitativos

- 11 sessões de educação para a cidadania para os alunos da 7ª, 8ª e 9ª classes , sendo sete palestras: três exibições de um documentário e um exercício de resolução de problemas comunitários. Em anexo entra o mapa de monitoria das acções realizadas no âmbito deste micro-projecto.
- 4 Palestras sobre cidadania e participação cívica, tal como previsto;
- 4 Exibições do documentário e debate “Gabriel Reporting on the World Cup”, tal como previsto;
- 3 Exercícios de resolução de problemas comunitários em grupos de estudantes dos 4 previstos;
- No total participaram nas sessões 690 alunos da 7ª, 8ª e 9ª classes das escolas. Mais detalhes podem ser encontrados nos relatórios trimestrais.
- Distribuição de 296 exemplares de brochura sobre cidadania e participação cívica.

1.3.3. EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA NAS COMUNIDADES: “CIDADANIA PARA TODOS (ULONGA)”



Executor: Associação Masuika

Província de Benguela - Município do Balombo, Bocoio, Chongorói, Cubal e Ganda

O projecto teve como metodologia de acção a exibição de peça teatral realizada por grupos locais, sobre um tema que retratasse a realidade local, seguida de debate; um debate em sala envolvendo actores das diferentes forças políticas com foco na defesa de direitos humanos, tolerância política e ideológica e distribuição aleatória de boletins informativos sobre direitos humanos e tolerância política.

Indicadores:

- Foram elaborados e produzidos 1200 boletins informativos, com 4 páginas, contendo informações sobre Direitos Humanos, tolerância política (distribuídos 200 por município, maioritariamente a jovens);
- Cinco exibições de peça teatral perto de mercados, ao ar livre. Participaram no debate aproximadamente 850 pessoas (100 por município, com a excepção de Bocoio, com uma assistência de cerca de 500 pessoas e Cubal, com 50) ;
- Três debates sobre Direitos Humanos, Tolerância Política e Ideológica, promovendo a partilha de testemunhos de práticas de intolerância política e ideológica que frequentemente ocorrem naquele município e promover uma cultura de paz através da disseminação dos valores democráticos e da tolerância, baseando-se na carta magna das Nações Unidas (Balombo, Bocoio, Ganda, Cubal). Participaram 44 jovens, sendo sete mulheres e 33 homens;
- Os debates foram transmitidos para a página da associação e contaram com 375 visualizações;
- O debate no Caimbambo teve de ser transformado em diálogo transmitido online, porque não houve adesão. Apenas apareceram os representantes do maior partido político da oposição.

Total de pessoas alvo da acção do projecto: **1269**

Para mais informações, convidámo-lo a visitar a página de Facebook da organização.

Lições retiradas pela equipa do projecto:

- A intolerância política e ideológica é um facto persistente na região, especialmente em épocas eleitorais;
- Dificuldade em realizar debates, por dificuldade de ter acesso a espaços para a realização de debates comunitários;
- Dificuldade em mobilizar diferentes partidos políticos para o debate público;
- Pela ausência de promoção de debates, há hoje uma fraca adesão e participação cidadã em actividades sociais de interesse de suas comunidades;
- Os debates promovidos por outros actores da sociedade civil ou partidos da oposição são inviabilizados pelas instituições do governo, Sobas e demais líderes comunitários com alinhamento ao partido no poder;
- A necessidade de melhorar as estratégias de comunicação e sensibilização para garantir o envolvimento das comunidades e consequente participação activa nas actividades do projeto;
- Aprendemos que é importante ser-se flexível e adaptar-se às circunstâncias, ajustando as actividades conforme necessário para superar obstáculos e alcançar os objectivos do projeto;
- De igual modo, o planeamento antecipado das actividades, incluindo a coordenação com outras iniciativas e a reserva de recursos necessários, é fundamental para evitar conflitos de programação e garantir o sucesso das iniciativas.

1.3.4. PRODUÇÃO DE AUDIOVISUAIS: CIDADANIA ACTIVA

Executor: Resistência Malanjina

Província de Malanje - Município de Malanje e Cacuso

O projecto foi concebido com prévia pesquisa de opinião sobre liberdade de imprensa, para produzir conteúdos audiovisuais e promover diálogos na comunidade. O projecto inicial era ambicioso e irrealista. Foi aprovado pela equipa de selecção, com cinco votos a favor e dois votos contra. A coordenação do Mudei recomendou que se transformasse esta experiência numa oportunidade de aprendizagem. As negociações foram demoradas, pois a liderança da organização acreditava ser capaz de executar o projecto. A experiência prática realizada no primeiro trimestre, demonstrou à equipa que os indicadores definidos, os previstos para a realização das actividades, estavam totalmente desalinhados, acabando por reconhecer os problemas de planificação.

Aliado ao problema da produção, a equipa teve de lidar com a resistência e medo dos cidadãos para participarem em entrevistas para desta forma produzir conteúdos audiovisuais. O que inviabilizou totalmente o alcance dos indicadores inicialmente previstos. Em encontro de monitoria, optamos por alterar o foco do projecto para a produção de debates sobre a Constituição, Lei de Imprensa, Estado Democrático de Direito e Processos Eleitorais Livres e Justos em Angola.

Indicadores de realização do projecto:

- Produziu o vídeo sobre a Liberdade de imprensa, com a colaboração directa dos Jornalistas da Rádio Ecclésia e da Rádio Malanje, bem como da Associação Balumuka;
- Foi realizada uma pesquisa de opinião sobre liberdade de imprensa que nos permitiu perceber com maior clareza o caminho que devemos seguir caso queiramos ter uma acção cívica que se fundamenta na realidade actual (de profundas transformações, nas formas de comunicação e informação);
- Realizaram-se 9 debates, com um total de 200 participantes, conforme quadro abaixo.

Lições retiradas pela equipa do projecto:

- Trabalho em equipe - O projecto desafiou-nos a melhorar a nossa capacidade de trabalhar em equipe, apesar da dinâmica conjunta que já vínhamos mantendo, mostrou-se um desafio para provar até que ponto podemos ou conseguimos trabalhar em equipe e atingir os nossos objetivos;

- **Elaboração e gestão de projectos** - Constituiu-se um desafio, percebemos a importância de elaborar projectos que sejam coerentes com os recursos existentes e meio envolvente. Facto que certamente vai nos possibilitar um desenho mais realístico dos futuros projectos;
- **Com as ferramentas disponibilizadas**, vamos ter mais e maior capacidade de gestão destes projetos aliados a uma melhor definição dos alvos a serem alcançados;
- **Capacidade de mobilização** - O Projeto possibilitou visualizar até que ponto está a nossa capacidade de mobilizar pessoas para actividades e acções colectivas. A nossa baixa capacidade e intermitência em termos de capacidade de mobilização de recursos para manter a nossa acção, fez-nos perceber que temos de melhorar as outras componentes de gestão da organização;
- **Gestão financeira** - Um dos desafios maiores que tivemos de enfrentar, está na necessidade de constituir uma organização para responder às necessidades de gestão transparente de fundos. Para este tópico continua a ser de grande importância o acompanhamento que recebemos nesta área.



1.3.5. MULHER: “O RESGATE DA JOVEM MULHER NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA”

Executor: Comunidade Mentes Brilhantes

Província do Bié

Por falta do relatório final de prestação de contas, não é possível fazer uma avaliação do desempenho do projecto. Temos em nossa posse informação da primeira fase, e até ao momento em que se elaborou o presente relatório, não recebemos a informação concernente à sua segunda fase, nem resposta às nossas solicitações. Na página seguinte estão apresentados os resultados da execução da primeira fase do projecto.

Discriminamos os resultados do primeiro trimestre:

Data	Nome da Actividade	Local	Participantes	T. /M	T. /F	TOTAL GERAL
24 de março das 19:00 às 21:00	Debate Radiofónico Tema "O Desempenho da Mulher na Vida Pública"	Programa rádio: Cuito a Nossa Paixão, Kuito	A Dra. Adélia Eduardo pela OMA a Sra. Albertina Nanumalã pela LIMA, junto da Sra. Victorina Soares pela Sociedade Civil			
31 de março, das 19:00 às 21:00	Debate Radiofónico Tema "O contributo dos grupos femininos nas políticas de género" o painel estava composto pelas jovens. As convidadas, discutem	Programa rádio: Cuito a Nossa Paixão, Kuito	Rosane Cardoso, Tracelia Cristóvão, Laurinda dos Santos e Victorina Soares.			
03 de abril	APRESENTAÇÃO DO PROJECTO O Resgate da Jovem Mulher na Construção da Cidadania no Município do Cuito, apelou para que as beneficiárias se engajassem no aprendizado gerador de mudanças comportamentais. Tema: Conheça as Autarquias e se enquadre como Mulher,"		Participaram da actividade membros das organizações parceiras, professores e representantes dos estudantes (UNEIA) das escolas do Cuito e Cunjes.	15	7	
26 de abril de 2024	DIREITOS HUMANOS nas escolas Oficinas de Direitos Humanos com alunas e alunos	Complexo Escolar Nº-30 Ana Maria Fidalgo, sita na comuna do Kunje, Bairro Sete Cores	Kunje	20	28	48
		Complexo escolar Manguxi .no Município do Kuito.	Kuito	20	26	46
22 de maio de 2024	Oficinas de Políticas Públicas e Advocacia Social	Colégio Nº-300 CMDT, Cussumua, na comuna do Kunje Bairro Camalaia	Kunje	11	18	39
		Complexo escolar Manguxi no Município do Kuito.	Kuito	37	13	40
25 de maio de 2024	Segurança na Escola e no Local de Denúncia com o Objectivo: Ouvir das alunas e alunos seu entendimento sobre "segurança na escola e no local de denúncia" e juntos elaborar o memorando para fortalecer a petição ao governo do Bié junto do comando Provincial para a existência de uma sala de atendimento às vítimas de violência doméstica, nas instalações do Serviço de Investigação Criminal (SIC) como forma de combater a revitalização e promover a cultura de denúncia.	Colégio Nº-700 da comuna do Kunje Bairro Camalaia	Kunje	5	5	10
		complexo escolar Manguxi no Município do Cuito.	Kuito	11	7	18
	TOTAL	119	201	320		

Lições:

- O público ainda se mostra reticente e tem medo de participar em acções cívicas. Para futuros projectos, teremos de simplificar a abordagem, de forma a começar a criar um ambiente de promoção de diálogos/debates;
- Permitiu ter uma ideia mais realística da vida do projecto e perceber a importância de se definir um plano de atividades que seja não só financeiramente exequível, realista e adaptado à realidade, mas também humanamente possível de ser realizado.

1.3.6. EDUCAÇÃO CÍVICA COM UTILIZAÇÃO DA ARTE: “PROJECTO CIDADANIA EM CENA”

Executor: Bloco de Resistência do Leste

Província do Moxico

O Bloco de Resistência do Leste não cumpriu com as exigências estabelecidas no convênio que estabelecia como limite o dia 1 de maio de 2024, para que se pudesse proceder à análise e envio da segunda tranche. No entanto, após vários avisos por email e WhatsApp, o relatório narrativo do projecto “Cidadania em Cena” e as evidências da sua realização não foram apresentados. O assunto foi encaminhado para o grupo de coordenação para que se decidisse o encaminhamento do processo. Conclusivamente o grupo de coordenação deu um prazo de um mês para apresentação do relatório narrativo e financeiro do projecto. Esta recomendação não foi respeitada. Por este facto demos por suspenso o projecto “Cidadania em Cena”.

1.3.7 PROGRAMA DE RÁDIO: “JUSTIÇA E PAZ”

Executor: Organização Comissão Mista dos Direitos Humanos (CMDHKN)

Província do Kwanza Norte

Com os fundos não utilizados do projecto “Cidadania em Cena”, iniciámos em Junho o Micro-projecto a executar na província do Kwanza Norte, pela Comissão Mista dos Direitos Humanos (CMDHKN) em parceria com a HANDEKA/MUDEI, para a realização do programa de rádio: “Justiça e Paz”, este é um micro-projecto experimental com a duração de três meses, e tem por objectivo:

- a) Reforçar a capacidade dos cidadãos para influenciar a mudança social e política nas suas colectividades.
- b) Promover a sensibilização dos cidadãos para o diálogo nas colectividades como instrumento de reconciliação nacional.
- c) Promover a cultura de denúncia nos cidadãos diante das violações dos direitos humanos a nível local.

DATA	TEMA EM ABORDAGEM	Nº DE CONVIDADOS		Nº DE OUVINTES que ligam para o programa		OUVINTES
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
10/07/2024	Rubrica Laudato Si – Classificação e tratamento de resíduos Sólidos					> 50
	Debate especial – As políticas sociais para o cumprimento dos 11 compromissos para com a criança					
12/07/2024	Debate especial – As Autarquias Locais					> 50
14/07/2024	Debate especial – Nomeações e exonerações no governo provincial					> 50
17/07/2024	Momento de Conversa: Exercício da cidadania, exemplo município de Ambaca					
19/07/2024	Rubrica Laudato Si – a eliminação segura de resíduos					> 50
	Debate especial – Os direitos e deveres processuais dos arguidos, detidos e presos à luz do ordenamento jurídico angolano					
21/07/2024	Debate especial – O papel da família na educação das crianças					> 50
24/07/2024	Rubrica Laudato Si –Colecta selectiva de resíduos					> 50
26/07/2024	Rubrica Laudato Si –Reciclagem					> 50
28/07/2024	Debate especial – Vandalização dos bens públicos					> 50
02/08/2024	O activismo no Cuanza Norte, avanços e recuos	2		13	0	> 50
05/08/2024	O estado da educação, constrangimento na obtenção de vagas e crianças fora do sistema de Ensino.	4		4	0	> 50
09/08/2024	Direito de denúncia, reclamação à luz do ordenamento jurídico.	3		5	0	> 50
12/08/2024	Dia Internacional da Juventude. A juventude do Kwanza Norte exerce o seu direito cívico?	3	0	6	0	> 50
14/08/2024	Abuso sexual no município do Quiculungo	2		3		> 50
16/08/2024	Avaliação do desempenho dos deputados do círculo eleitoral do K. Norte, na assembleia nacional	3		10	0	> 50
23/08/2024	Direito à educação. Condições para o arranque do ano lectivo 2024/25	4		11	0	> 50
23/08/2024	Democracia e o exercício da cidadania em Cambambe, Quiculungo e Ambaca	12	2			> 50
	TOTAL	33	2	52	0	> 800

Lições:

- No interior da província, os munícipes negavam falar à nossa reportagem, uns evocavam as possíveis represálias caso fossem identificados por alguém próximo, o sentimento de medo ainda é muito alto;
- O exercício da cidadania fica muito distante da sua concretização, o medo das consequências represivas é o maior impedimento.
- Na província não há democracia. Aqui, quem pensa diferente dos ideais do MPLA, já é tido como da oposição.
- É acentuada a intolerância política entre os militantes da situação e da oposição, os direitos humanos são violados diariamente.

1.3.8. PROGRAMA DE RÁDIO: ECOS DA CIDADANIA

Executor: Mizangala

Província do Bengo

Com os fundos de doações, financiámos o programa Radiofónico ECOS DA CIDADANIA, na província do Bengo, na emissora Católica de Caxito - Rádio Ecclésia, frequência 89.05 FM, de Janeiro de 2024 a Outubro de 2024. O Micro-projecto experimental teve como objectivo difundir a cultura de debate e liberdade de expressão nas comunidades. Foram abordados os seguintes temas:

- A cidadania e políticas públicas viradas para a juventude, como factor de desenvolvimento;
- O impacto da nova lei de segurança nacional, na relação com os direitos e liberdades fundamentais
- A educação cívica no sistema de ensino angolano;
- Como avaliar o empenho do governo provincial, nos trabalhos que visam garantir a segurança dos cidadãos em época de chuva na província do Bengo;
- A participação do cidadão na vida pública;
- O contributo das organizações femininas, como avaliar suas acções;
- Divisão política administrativa, vantagens e desvantagens;
- Autarquias locais, sua implementação e contributo para o desenvolvimento do país;
- A importância do advogado na defesa dos direitos dos cidadãos na comunidade;
- Como avaliar o país real, face ao discurso de João Lourenço sobre o Estado da Nação?

1.4. DIFICULDADES NA GESTÃO DOS MICROPROJECTOS:

A realização de projectos de carácter interventivo por parte de organizações não-alinhadas ao elenco que se apoderou do governo são, regra geral, recheadas de obstáculos. Abaixo, algumas das dificuldades com as quais nos deparamos:

1. As solicitações enviadas a instituições públicas (escolas, administrações e repartições municipais) nunca são alvo de resposta;
2. Incumprimentos de datas e horários;
3. Dificuldade de ter acesso a espaços públicos para realizar os debates. Boicote à possibilidade de alugar salas para realizar encontros. A cedência de espaços, mesmo privados carecem da autorização das administrações municipais (Benguela: Balombo, Bocoio e Ganda);
4. O Governo Provincial, emitiu um despacho, proibindo a realização de debates em espaços escolares (Bié);
5. O medo em participar em entrevistas, o que inibe a possibilidade de realizar vídeos onde se busca estimular o contraditório (Malanje);

Dificuldades internas às organizações

6. Falta de elaboração de uma folha de caixa/banco: muitas organizações não mantinham registos adequados de seus fluxos financeiros, como entradas e saídas de recursos, o que dificultava a avaliação da saúde financeira e o rastreamento dos fundos;
7. Falta de elaboração de um relatório para o financiador: algumas organizações não apresentaram os relatórios necessários para os financiadores, impedindo o acompanhamento correto do uso dos recursos disponibilizados;
8. Apresentação de relatórios de despesas sem comprovantes: em diversos casos, as organizações apresentaram relatórios de despesas, mas sem anexar facturas ou comprovativos de pagamento. Isso comprometeu o processo de auditoria, uma vez que não havia documentação suficiente para verificar a veracidade e a regularidade dos gastos reportados;
9. Diferença entre os saldos finais apresentados e os saldos reais: houve uma inconsistência significativa entre os saldos finais relatados pelas organizações e os valores reais disponíveis nas contas. Essas diferenças indicam problemas na gestão financeira e na reconciliação de contas.

Veja relatório das assessorias às organizações que beneficiaram de micro-projectos

Dificuldades internas (Handeka/Mudei & Organizações)

10. Dificuldades de elaborar o relatório narrativo e financeiro;
11. Atraso na prestação de contas. Apenas o Mudar Viana e a resistência Malanjina cumpriram com os prazos estipulados nos convénios;
12. Deficiente comunicação e acompanhamento das organizações (Janeiro a Abril);
13. Auto- demissão do coordenador do projecto.

B. EIXO ESTRATÉGICO 2:

Reforço da opinião pública independente e apartidária, capaz de tomar posição conjunta

Objectivos:

Sociedade civil, aumenta a sua capacidade de monitorar e tomar posição pública face a irregularidades no quadro legal; cenário político; ambiente dos meios de comunicação;

Efeitos:

Sociedade civil capaz de actuar de forma **coordenada e tomar posições conjuntas** face a irregularidades e abusos de poder.

Aumento dos níveis de **conhecimento e participação cívica dos cidadãos** através dos processos de monitoria em relação ao quadro legal; cenário político; ambiente dos meios de comunicação;

	Projectos elaborados	Foco do projecto	Estado	
01	DEDD – Defesa do Estado Democrático e de DIREITO	Monitoria de Imprensa Produção de informação para redes sociais	Iniciou a 31 Setembro 2023 a 31 Agosto de 2025	PPM + MISEREOR 200.000 Euros 2 ANOS
02	DEDD (continuidade) – Defesa do Estado Democrático e de DIREITO	Monitoria eleitoral Observação eleitoral Educação eleitoral	Em negociação e elaboração Início 01 Setembro 2025 a Agosto de 2028	PPM + MISEREOR 300.000 Euros 3 ANOS
03	PCPE - Participação cidadã no processo eleitoral de 2027 (preparação e realização)	Observação eleitoral Educação eleitoral	Em elaboração O processo de aprovação finaliza em Outubro	UNDEF - United Nations Democracy Fund 200.00 Euros 2 ANOS

1.1.MONITORIA DE IMPRENSA



Exercício iniciado ao longo do período eleitoral, em 2022, tendo resultado em 206 horas monitorizadas e uma arrebatadora conclusão, apoiada em incontestáveis evidências numéricas, acerca da reiterada violação aberrante às leis que regulam o funcionamento da imprensa numa sociedade democrática, plural, inclusiva, sobretudo em período eleitoral.



Como resultado da divulgação do primeiro relatório de monitoria de imprensa registamos um aumento significativo do debate público sobre a tendência actual.

1. Sindicato de Jornalistas reage ao relatório de monitoria de imprensa do Mudei e diz: “imprensa pública é uma extensão do poder político (em Novo Jornal);
2. Entrevista a Rádio Ecclésia, com participação do sindicato dos Jornalistas - Análise do relatório de Monitoria de Imprensa;
3. Entrevista a Rádio Despertar - Análise do relatório de Monitoria de Imprensa;
4. VOA Português - Meios de comunicação Social parecem “órgão de relações públicas do Governo”;
5. LAC - Luanda Antena Comercial - Notícia de destaque
6. Rádio Essencial - Apresentação do relatório com comentário de Carlos Rosado de Carvalho (Jornalista independente)
7. Novo Jornal - Artigo de Opinião. Governo ocupou quase 50% e o MPLA 80% nos media estatais em três meses de relatório (Anexo 8);
8. VOA - Média angolana não cumpre com o seu papel, conclui o Mudei - Entrevista em directo com Cesaltina Abreu Membro do Mudei;
9. Ampla partilha por cidadãos e cidadãos no Facebook / WhatsApp (não conseguimos aferir numericamente o alcance).

Em sequência, e em reacção ao feedback ao relatório de monitoria de imprensa, estabeleceu-se o estreitamento de relações para a acção entre instituições e profissionais constituídos por Escritório de advogados de Benja Satula, Ordem de Advogados, Reginaldo Silva (Jornalista), do qual resultou:

1. Carta a ERCA (entidade Reguladora da Comunicação em Angola) a exigir que cumpra com o seu papel regulador; 6ª comissão parlamentar de especialidade: Educação, Cultura, Assuntos Religiosos e Comunicação Social. A carta foi assinada e entregue pelo Sindicato dos Jornalistas;
2. Divulgação do segundo relatório de monitoria de imprensa sincronizada com a submissão do processo em que se fundamenta processo-crime, com anexação de provas ao Tribunal Supremo. Na qualidade de cidadãos, contribuintes e titulares de direitos e deveres nos termos da Constituição da República e por isso com legitimidade constitucional, decidimos dar seguimento à Acção Popular (que deu entrada no Tribunal Supremo a 28 de Julho de 2022), nos termos do disposto nos artigos 73.º e 74.º da Constituição da República de Angola, Contra: 1) Presidente da República de Angola e Titular do Poder Executivo; 2) Entidade de Regulação da Comunicação Social da República de Angola; 3) Conselho de Administração da Televisão Pública de Angola; 4) Conselho de Administração da Rádio Nacional de Angola; 5) Conselho de Administração do Jornal de Angola e 6) Conselho de Administração da Estação Televisiva Zimbo.

Produtos:

- 1. Desenvolvemos os instrumentos de recolha de informação; está estabelecida a base de dados para o tratamento de informação e temos a estrutura do relatório desenvolvida a partir da experiência que vamos fazendo e do suporte que vamos conquistando de outros profissionais;
- 2. Temos o levantamento de informação concluída até ao mês de Novembro de 2024, faltando fazer a verificação e elaboração dos relatórios trimestrais;
- 3. Relatório de monitoria de Imprensa de Novembro 2023 a Janeiro de 2024;
- 4. Relatório de monitoria de Imprensa de Fevereiro a Abril de 2024;
- 5. Com base na divulgação do primeiro relatório localizámos outros parceiros interessados em trabalhar em parceria com o Mudei: Sindicato dos Jornalistas; Ordem dos Advogados; Rádio Ecclésia.

Dificuldades / Bloqueios

- 6. Para os recursos orçamentados, só foi possível recrutar pessoal sem formação específica em tratamento de dados. Tivemos de promover formação on-job, orientada para o trabalho (recolha, tratamento e codificação de todos os noticiários e notícias em Jornal);
- 7. Na estrutura do orçamento, não estimámos os recursos para contratar especialistas. Fomos ambiciosos e elaborámos a proposta contando com trabalho pro bono para a definição da metodologia, instrumentos, verificação e correção da informação na base de dados, analisar e definir o modelo de relatório. Contar com uma pessoa a trabalhar voluntariamente, quando tem disponibilidade, tornou este processo mais lento e desgastante;
- 8. A estratégia descrita acima demonstra não ser eficaz. A lentidão na nossa capacidade de elaborar estes relatórios, retira dinâmica ao processo de advocacia e pressão, com o objectivo de provocar alterações na qualidade da comunicação pública.

1.2.PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO

Se tivermos como base de comparação o espaço dado à Sociedade civil: Jornal de Angola 0,31%, Rádio Nacional de Angola 6,60%, Televisão Pública da Angola 4,06% e TV Zimbo 4,15%, estamos convictos que a página do facebook do Mudei produz informação alternativa e questionadora. De momento não possuímos instrumentos que nos permitam avaliar no contexto global se alcançámos, ou superámos a meta numérica estabelecida.

Indicadores	Linha de Base TOTAL anual		Média por publicação	
			Linha de Base	Média anual
Impressões de publicação	502 821	1 317 971	1 373	1 645
Alcance	526 821	3 131 061	5 456	6 483
Número de Reações	52 029	82 333	1 048	508
Número de partilhas	1 701	8 465	229	423
Comentários	1 135	8 655	158	279

Origem das publicações	Linha de Base	TOTAL anual
Mudei	58	483
Organizações Rede Mudei	22	162
Independentes	20	20
ONG Parceiras	14	31
Sociedade Civil	14	43
Imprensa Nacional	0	56
Imprensa Internacional	1	5
Agências Cooperação	2	1
	131	801

A linha de base/valor inicial:

Com base na informação do relatório de monitoria da página do Facebook do primeiro trimestre, que constitui a nossa linha de base Anexo 2,indica:

Seguidores do Facebook: 63470, dos quais 86,50% homens e 13,50% mulheres.

Impressões de publicação: 502026

Alcance: 526821

Número de reações :52029

Número de partilhas:1701

Comentários:1135

Mudei:58

Organizações da rede mudei:20

Independentes:20

Organização as parceiras:14

Sociedade civil:14

Imprensa nacional:0

Imprensa internacional:1

Agências cooperação Internacional:2

TOTAL DE PUBLICAÇÃO: 131

PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO:

Ainda não temos constituída uma equipa de comunicação com capacidade de fazer a cobertura de todos os eventos 1) da Sociedade Civil, 2) das ocorrências de violações de direitos humanos; 3) que possa dar tratamento às denúncias e torná-las consistentes. A produção de vídeos 3D, com a Série Ngola direccionada a um público juvenil, pretende apresentar os principais preceitos constitucionais que permitem a participação cívica nos processos políticos do país, no entanto a muito lenta produção de cada vídeo, aconselha-nos a suspender a sua continuidade até que tenhamos verbas específicas para desenvolver este produto, que deve ser utilizado como ferramenta de trabalho em escolas e comunidades. Desenvolvemos o conceito e, na sequência, vamos procurar patrocínios que possam assegurar a sua produção.

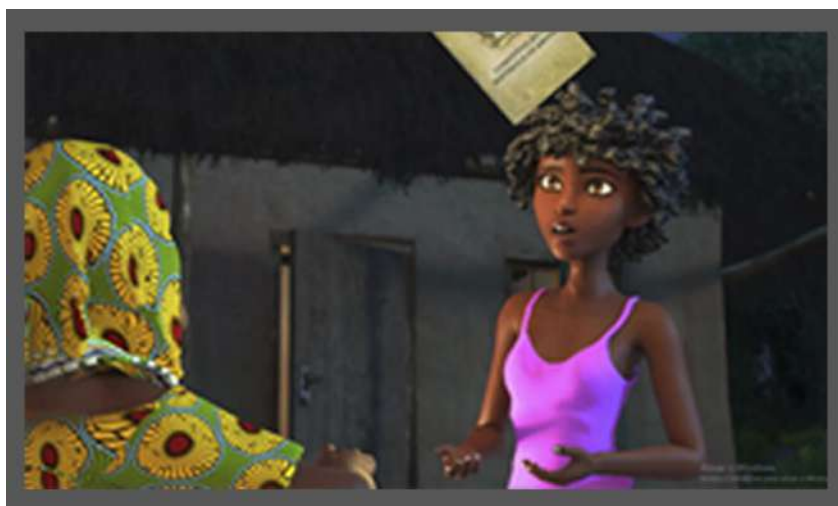
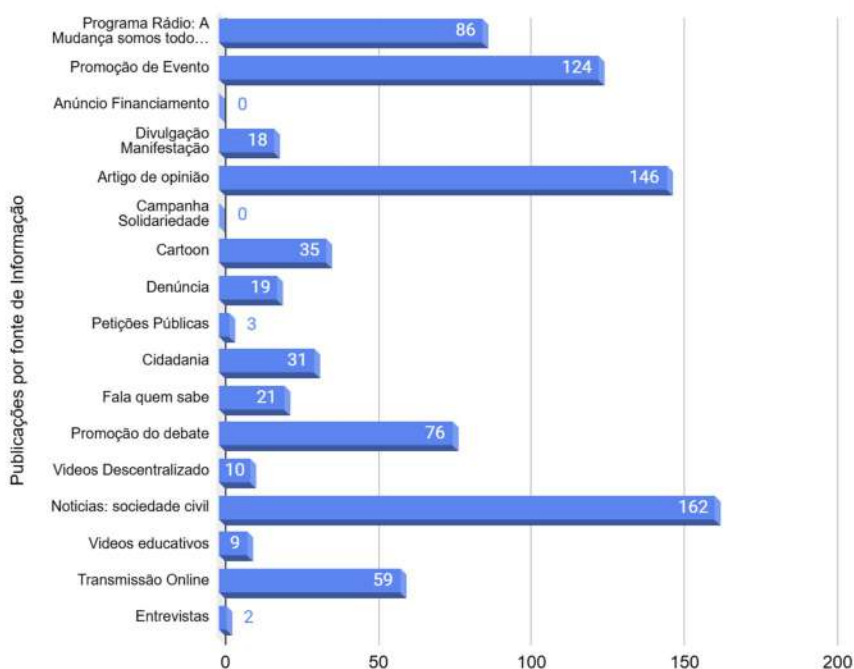
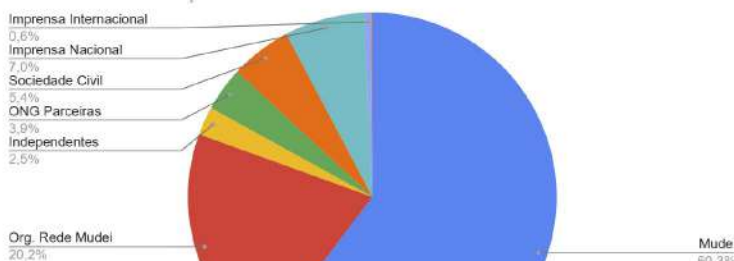
Continuidade: com a suspensão da produção dos vídeos em 3D, propomos utilizar os fundos para a produção de produtos mediáticos que nos permitam fazer cobertura das principais ocorrências no contexto social e político (entrevistas, reportagens, etc.)

Principais desafios

Com a aprovação da lei dos crimes de vandalismo de bens públicos, há maior controlo e inibição das iniciativas de pressão pública, no sentido de se promover o escrutínio do exercício de governação e implementação dos recursos públicos. Outras formas de ocupação do espaço público terão de ser ensaiadas. A título de exemplo, está a ser delineada uma campanha de conquista do espaço público com acções de rua, incluindo música, teatro, dança e cinema, envolvendo o público/assistência, de modos a que, também os seus integrantes se tornem protagonistas, quer com sessões de microfone aberto, acompanhadas por banda musical, quer em sessões de workshops ou debates após projecção de filmes/documentários nas comunidades, desafiando a lógica de repressão que se pretende estabelecer. Para este fim, estamos agora a fazer a primeira experiência com a Amnistia Internacional, e os meios de produção e divulgação de informação jogam um papel central na articulação e visibilidade das acções para engajar outras pessoas no processo.

Publicações por fonte de Informação

Total ANUAL 571 Publicações



C. EIXO ESTRATÉGICO 3:

Rede forte de advocacia para denunciar os atentados ao direito de expressão e manifestação

Objectivos:

Sensibilizar o público para a situação dos direitos humanos, para as leis e para as formas de lutar por eles, diminuindo a impunidade das autoridades e dos seus agentes que violem a lei e os direitos humanos.

Efeitos:

Cidadãos demonstram ter maior conhecimento e informação para defesa e promoção dos seus direitos e responsabilidades legais.

Redução da impunidade das autoridades e dos agentes que violem a lei e os direitos humanos.

Participação na reforma do quadro jurídico de Angola para a independência do poder judicial.

2.1. MONITORIA DO SISTEMA DE JUSTIÇA - RELATÓRIO SOBRE AS DILIGÊNCIAS REFERENTES AO CASO DOS 235 PRESOS POLÍTICOS NA REGIÃO LESTE DE ANGOLA (Anexo 7)

O Mudei, através da Mizangala e da Handeka, pretende fazer este exercício trimestralmente, com intuito de documentar de forma sistemática os casos que tem podido registar de abusos de poder por parte do Estado angolano, que redundem inexoravelmente em violações dos direitos humanos. Nos relatórios em anexo relatamos casos de violações de Direitos Humanos.

Foram elaborados quatro relatórios:

1. Relatório de Violação Direitos Humanos, Janeiro a Março;
2. Relatório de Violação Direitos Humanos, Abril a Junho;
3. Relatório sobre detenções arbitrárias na região da Lunda Tchokwe Leste;
4. Relatório de Violação Direitos Humanos, Julho a Setembro 2024

2.2. PROMOVER A SENSIBILIZAÇÃO DOS CIDADÃOS PARA AUMENTAR O NÚMERO DE PESSOAS QUE SE ENVOLVEM EM ACÇÃO CIDADÃ LOCAL, DE APOIO ÀS ACÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA, ATINGINDO UM NÚMERO NÃO INFERIOR A 20 ACTIVISTAS POR PROVÍNCIA.

Indicador: que até ao final do projecto em pelo menos seis províncias se tenha estabelecido uma rede de organizações e activistas locais (juntando organizações formais e informais) interessadas em trabalhar em rede.

Análise do indicador: o grau de cumprimento está acima das expectativas iniciais.

1. Conseguimos manter e estruturar a rede nacional Mudei, com a execução prática de acções relevantes para a democratização do país;
2. Temos as bases criadas para mobilizar a acção da sociedade civil (conexão das lideranças de várias organizações, grupo de troca de informação, diálogo, promoção de acção conjuntas).

Principais acções:

A Rede Mudei de proteção de Direitos Humanos colectou e processou no período, dados dos casos de violação de direitos de Defensores de Direitos Humanos, como a seguir descrevemos:

Monitoria do sistema de justiça - Relatório sobre as diligências referentes ao caso dos 235 presos políticos na região leste de Angola (Anexo 7)

Com participação da rede de organizações: Projecto Cívico Tfuiveno - Moxico, Mizangala, Movimento do Protectorado Português da Lunda Tchokwe, activistas e líderes de organizações locais recolhemos informação e demos cobertura e acompanhamento às vítimas de detenções arbitrarias e abuso por parte dos órgãos de defesa e segurança, através da equipa de acompanhamento das vítimas de abusos contra os Direitos Humanos.

Foi neste âmbito que o Movimento Cívico Mudei esteve na região Leste, especialmente nas províncias do Moxico e Lunda-Sul, para efectuar levantamentos de dados acerca das detenções em massa que ali têm ocorrido, o que deu origem ao relatório público, divulgado em conferência de imprensa a 18 de Junho de 2024. A conferência de imprensa foi transmitida em directo para a página do Facebook, e estiveram presentes um activista, o advogado indicado pela Ordem de Advogados de Angola e um familiar. Para além das 234 pessoas arbitrariamente detidas nas 4 províncias do Leste de Angola (veja relatório em anexo), temos 69 de-

- 4 casos; Luanda - 32 casos; Moxico - 3 casos; Huambo - 3 casos; Bengo - 10 casos; Lunda Norte- 2 casos e Uíge - 2 casos. Veja em anexo relatório específico. (Veja relatório do DH do primeiro trimestre)

O Mudei ampliou e estreitou relações com as lideranças dos sindicatos de médicos, professores e jornalistas, para citar os mais importantes e teve um papel importante na mobilização dos sindicatos para a Greve Geral, como é reconhecido pelo líder do sindicato de professores no áudio em anexo.

Posicionamento da sociedade civil sobre a lei dos crimes de vandalismo de bens públicos (Anexo 6)

O Mudei liderou o processo, deu visibilidade à acção e organizou a petição que recolheu a assinatura de 240 cidadãos e cidadãos conscientes. Participaram no processo nacional e local as seguintes organizações:

1. AJOKWA - Associação dos Jovens do Kwanza-Norte - Kwanza Norte;
2. Jovens Académicos e Fazedores de Opinião (JAF0) - Bié;
3. Comunidade Mentres Brilhantes (CMB) - Bié;
4. Movimento Cívico Cuito a Nossa Paixão_ MC CNP - Bié;
5. Projecto Cívico Tfuiveno - Moxico;
6. JANGO CULTURAL - Huambo;
7. Movimento Cívico Resistência Malanjina - Malanje;
8. Aliança Cívica da Huíla (ACH) - Huíla;
9. Associação cívica Mizangala Tu Yenu Kupolo - Bengo;
10. Associação Cívica Tchetu - Benguela;
11. Associação de Mulheres Tchattocota - Benguela;
12. Movimento Revolucionário do Lobito;
13. Movimento Hip Hop Terceira Divisão - Cacua-co;
14. Organização KUZULA - Malanje;
15. Organização MIAZAZA - Uíge;
16. Associação AKWEZE KANHAMENU, Lunda Sul e Norte;
17. Associação Twendeni Hamo, Moxico, Bundas;
18. Comissão Mista de Direitos Humanos (CMDH-CN) - Kuanza Norte;
19. Associação Yetu mu Yetu Angola - Zaire;
20. Associação de Ex-seminaristas e Amigos da Diocese do Sumbe (AESADS) - Kwanza Sul;
21. Associação Cívica Uyele - Luanda;
22. Associação Angola Primeiro - Luanda;
23. Mudar Viana - Viana/Luanda;
24. Associação de Apoio de Albinos de Angola - Uíge;
25. FoA - Friends of Angola - Luanda;
26. AMDCP- Associação de Mulheres pelos Direitos Cívicos e Políticos - Luanda;
27. Movimento Cívico Pensar Bié - Bié;
28. Movimento Pensar Diferente (MPD) - Lunda Norte;
29. Associação MASUIKA - Benguela;
30. Movimento do Protectorado Português da Lunda Tchokwe - Lunda Norte, Sul e Moxico;
31. Associação Ame Naame Omunu - Cunene;
32. Associação dos Direitos Humanos e Meio Ambiente - Twendeni Hamo, Moxico



Para promover maior equilíbrio de Género na rede Mudei e dar visibilidade às causas que visem a integração da mulher em todos os níveis na vida política, económica e pública, criámos um grupo específico com mulheres de 10 províncias, sendo 32 mulheres, 17 activistas (Kwanza Norte, Malanje, Moxico, Huíla, Luanda, Huambo) e 15 líderes ou representantes das seguintes organizações: (1) Handeka/ Mudei (facilitadora dos vários processos do grupo); 2) FTC Consultoria (empresa de consultoria); 3) Mi-azaza - Uíge; 4) Associação Ame Naame Omuu - Cunene; 5) Projecto Geração Nginga; 6) Associação Mentes Brilhantes - Bié; 7) Tchatacota - Benguela; 8) Movimento Jovens Mulheres de Malanje; 9) Associação Solidária Mbote Etu - Uíge; 10) Associação dos Jovens do Kwanza Norte; 11) Associação Transformando Sociedades Empoderando Mulheres - Huambo; 12) Unidas Somos Mais Fortes - Luanda; 13) Projecto Mulher e Cidadania - Huíla; 14) ASSOJOM; 15) Arquivo de Identidade Angolano.

Província	Activistas	Organizações
Kwanza Norte	1	Associação dos Jovens do Kwanza Norte;
Malanje	1	Movimento Jovens Mulheres de Malanje
Moxico	1	
Huíla	1	Projecto Mulher e Cidadania
Luanda	10	Handeka/ Mudei (facilitadora dos vários processos do grupo); FTC Consultoria (empresa de consultoria); <u>Miazaza - Uíge</u> ; Projecto Geração Nginga; Unidas Somos Mais Fortes. ASSOJOM Arquivo de Identidade Angolano
Huambo	1	Associação Transformando Sociedades Empoderando Mulheres
Cunene	1	Associação Ame Naame Omuu
Bié	-	Associação Mentes Brilhantes
Benguela	-	<u>Tchatacota</u>
Uíge	1	2 Activistas Associação Solidária Mbote Etu
	17 Activistas	15 líderes ou representantes



Campanha 4 + 1

O Show 4+1, realizou-se 6 de outubro e reuniu renomados artistas de RAP angolanos incluindo Kamesu Voz Seca, MCK, Jaime MC, Isis Hembe, Ikonoclasta, Gangsta muçulmano, Amoroso crítico, Russo k, Pai Banana, Fat Soldiers, Joice Zau, 3ª Divisão entre outros. O objetivo principal foi o de reunir artistas para defender os expressão e o direito de protestar através das artes. O evento foi uma oportunidade perfeita para aumentar a conscientização sobre o caso dos 4+1, bem como exigir a sua libertação imediata. As expectativas iniciais, concretizaram-se. Estiveram no evento aproximadamente 250 pessoas. A entrada foi gratuita.

Lançamento do relatório de violações de Direitos Humanos - A Amnistia Internacional encontrou no Mudei o que considera, por ora, ser um parceiro ideal na documentação rigorosa que aquela instituição exige como padrão mínimo de qualidade para poder dar tratamento público. Depois de vários encontros de acertos, foi-nos solicitado o apoio no terreno para conduzir entrevistas, verificar informações que teriam obtido de outras fontes, em suma, ajudar a compor o relatório que pretendiam apresentar sobre violação ao direito ao protesto, no contexto de uma campanha específica em torno desse direito específico. Desenvolvemos um modelo de questionário de acordo com esses padrões elevados de rigorosidade e, respondidas as questões, o Mudei forneceu a possibilidade de cruzamento de fontes tão necessário ao trabalho da Amnistia. A recolha deu-se essencialmente em 2023, tendo o relatório sido publicado e apresentado em Luanda a 27 de Novembro de 2024.

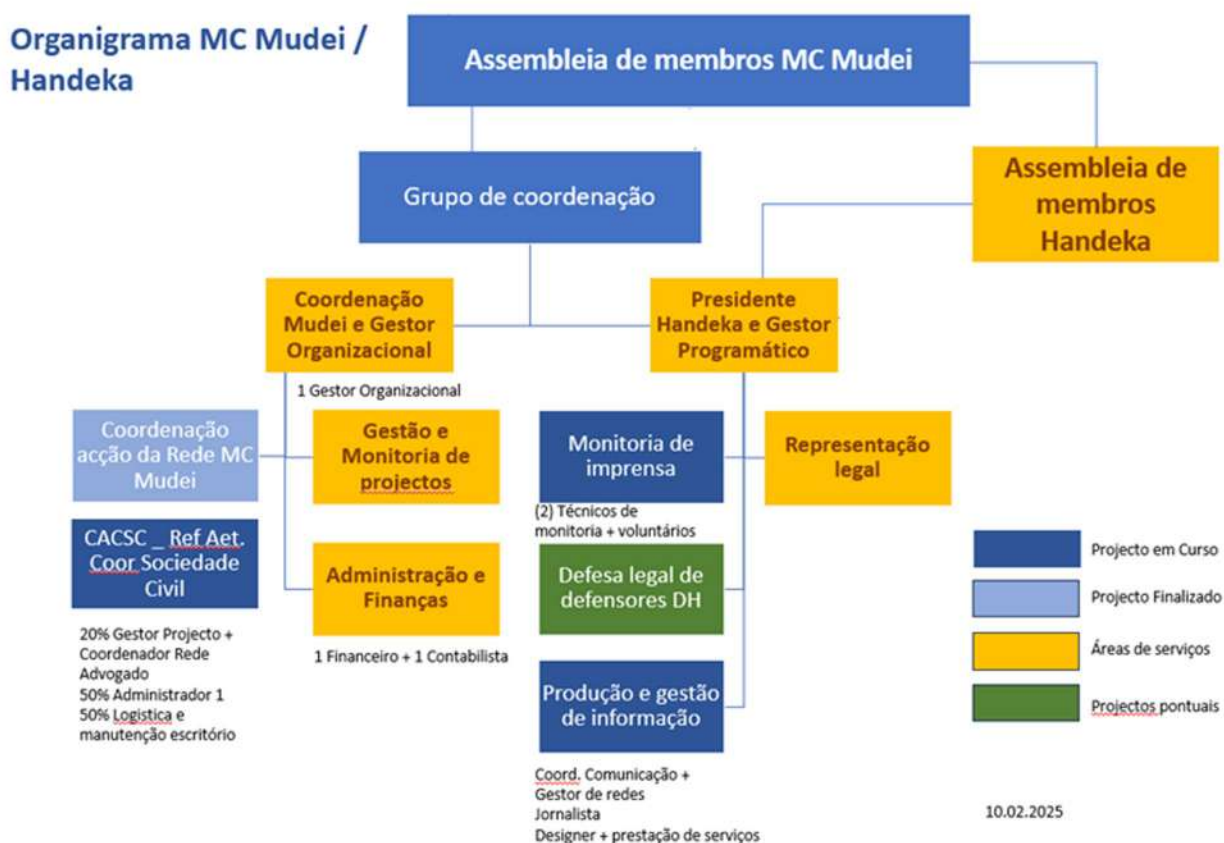
A Amnistia tem manifestado reiteradamente o interesse de manter viva essa parceria e financiar eventos e pequenos projectos que sejam de mútuo interesse.

Principais desafios

1. Mobilizar parcerias para o apoio nas várias dimensões, entre pessoas individuais, profissionais especializados (juristas, assistentes sociais, etc.) e organizações nacionais e ou internacionais, tendo especial atenção em desenvolver estas redes de parceiros nas províncias onde ocorrem os abusos;
2. Recolha rigorosa com fundos limitados, dos factos ocorridos e documentação: datas, locais, incidentes, nomes das pessoas envolvidas (tanto das vítimas como dos perpetradores dos abusos), nos documentos produzidos;
- 3) Apoio legal, psicológico e financeiro em duas vertentes:
 - a) na defesa dos direitos das vítimas e
 - b) na apresentação de queixas contra os abusadores;
- 4) Comunicação com o público, informando (de forma rigorosa e sem empolamentos) os factos, os vários impactos sobre as vítimas e as acções em curso (assim como os resultados que vão sendo alcançados). A comunicação poderá ser feita ocultando os nomes reais das vítimas (a não ser que os próprios preferiram que se faça diferente).

III. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E DE RECURSOS HUMANOS

No gráfico abaixo, as áreas de serviços prestam apoio a Handeka, no seu processo de desenvolvimento institucional: uniformização do sistema financeiro e prestação de contas.



Actualmente a trabalharem em projectos financiados pelo MC Mudei, a Handeka tem no seu quadro de colaboradores 14 profissionais.

Os contratos são de prestação de serviços, curta duração, pois ainda não alcançamos a estabilidade necessária para suportar contratos em tempo indeterminado e assumir todos os encargos com impostos e INSS.

Alterar este quadro é um desafio, pois contamos com fundos de projectos que estabelecem limites para a rubrica de recursos humanos, como veremos abaixo o Mudei ainda não conseguir executar a sua estratégia de captação de recursos próprios para fazer frente às exigências de contratação efectiva dos seus colaboradores.

Função	duração do Contrato	percentagem do trabalho para o projeto
Gestor Programático	2 anos	100%
Gestor Organizacional	2 anos	100%
Controle Financeiro	2 anos	50%
Contabilista	2 anos	100%
Assistente Administrativa	2 anos	100%
Logística e manutenção escritório	2 Anos	100%
Coordenador de comunicação	2 anos	100%
Gestor de Redes	1 anos e seis meses	100%
Jornalista	2 anos	100%
Designer	2 anos	100%
2 Técnicos de Monitoria	2 anos	100%
Advogado	2 anos	100%
Coordenador Redes	2 anos	100%

IV. RESUMO FINANCEIRO

CÓD	ENTRADAS POR FINANCIADORES	I TRIM - 24	II TRIM - 24	III TRIM - 24	IV TRIM - 24	TOTAL 2024	%
B02-04	PPM A-AGO-2023-3062	0,00	18 015 316,43	0,00	0,00	18 015 316,43	21%
B02-05	NED GRANT NO. 2023-0579	10 184 521,27	10 403 453,21	3 206 055,12	0,00	23 794 029,60	28%
B02-06	MISEREOR 145-900-1116	0,00	0,00	32 921 420,21	0,00	32 921 420,21	39%
B02-08	DOAÇÕES LOCAIS	2 298 433,73	343 000,00	295 600,00	525 249,67	3 462 283,40	4%
B02-11	HANDEKA - EMPRESTIMO	0,00	0,00	0,00	3 772 261,40	3 772 261,40	4%
B02-13	AMNISTIA - A CAMPANHA 4+1	0,00	0,00	0,00	2 626 248,34	2 626 248,34	3%
B02-15	AMNISTIA - RELATÓRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
TOTAL		12 482 955,00	28 761 769,64	36 423 075,33	6 923 759,41	84 591 559,38	100%
% POR TRIMESTRE		15%	34%	43%	8%	100%	

CÓD	SAIDAS FINANCIADORES	I TRIM - 24	II TRIM - 24	III TRIM - 24	IV TRIM - 24	TOTAL 2024	%
B02-04	PPM A-AGO-2023-3062	6 136 220,36	8 048 382,48	3 512 323,37	9 271 714,72	26 968 640,93	22%
B02-05	NED GRANT NO. 2023-0579	10 496 515,61	16 549 330,98	8 496 015,45	0,00	35 541 862,04	29%
B02-06	MISEREOR 145-900-1116	11 726 370,86	11 221 216,79	15 880 673,36	13 017 519,03	51 845 780,04	42%
B02-08	DOAÇÕES LOCAIS	1 953 541,31	345 300,00	375 500,00	647 159,35	3 321 500,66	3%
B02-11	HANDEKA - EMPRESTIMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
B02-13	AMNISTIA - A CAMPANHA 4+1	0,00	0,00	0,00	2 385 639,49	2 385 639,49	2%
B02-15	AMNISTIA - RELATÓRIO	0,00	0,00	0,00	3 772 261,40	3 772 261,40	3%
TOTAL		30 312 648,14	36 164 230,25	28 264 512,18	29 094 294,00	123 835 684,57	100%
% POR TRIMESTRE		24%	29%	23%	23%	100%	

Gráfico Nº 01 – Balanço por financiador,



CÓD	CONTAS	SALDO INICIAL	ENTRADA 24	SAÍDA 24	SALDO 24
A02-02	SBA: 1003172113	0,00	3 450 647,09	3 309 864,35	140 782,74
A02-03	PGTO DIRECTO POR SERVIÇOS	0,00	11 636,31	11 636,31	0,00
A02-05	PPM _BIC: 13928371010002	9 477 492,22	18 015 316,43	26 968 640,93	524 167,72
A02-06	NED _BIC: 13928371010004	11 747 832,44	23 794 029,60	35 541 862,04	0,00
A02-07	MISEREOR _BIC: 13928371010006	23 021 678,40	32 921 420,21	51 845 780,04	4 097 318,57
A02-09	BIC: 13928371010001	0,00	6 398 509,74	6 157 900,89	240 608,85
TOTAL		44 247 003,06	84 591 559,38	123 835 684,57	5 002 877,87

Essa secção detalha as **entradas, saídas e saldos finais**, por contas permitindo uma visão clara da gestão dos recursos ao longo do ano. A análise inclui o peso das contas no saldo final, a distribuição dos recursos por trimestre e observações relevantes para a gestão financeira futura. O Movimento Cívico Mudei registou entradas totais de 84 591 559,38 AOA e saídas de 123 835 684,57 AOA, resultando num saldo final de 5 002 877,87 AOA.

ENTRADAS POR TRIMESTRE	SAÍDAS POR TRIMESTRE
I Trimestre: 15% (12 482 955,00 AOA)	I Trimestre: 24% (30 312 648,14 AOA)
II Trimestre: 34% (28 761 769,64 AOA)	II Trimestre: 29% (36 164 230,25 AOA)
III Trimestre: 43% (36 423 075,33 AOA)	III Trimestre: 23% (28 264 512,18 AOA)
IV Trimestre: 8% (6 923 759,41 AOA)	IV Trimestre: 23% (29 094 294,00 AOA)

PESO POR CONTA

MISEREOR - BIC: 82% (4 097 318,57 AOA)

PPM - BIC: 10% (524 167,72 AOA)

SBA: 3% (140 782,74 AOA)

BIC (13928371010001): 5% (240 608,85 AOA)

NED - BIC: 0% (0,00 AOA - recursos esgotados)

Pagamento Directo por Serviços: 0% (0,00 AOA - recursos esgotados)

Gráfico Nº 03 – Balanço por projecto

CÓD	BALANÇO POR PROJECTOS	SALDO INICIAL	ENTRADA 24	SAÍDA 24	SALDO 24
P1	DEDD	32 499 170,62	50 936 736,64	78 814 420,98	4 621 486,28
P2	RRM	11 747 832,44	23 794 029,60	35 541 862,04	0,00
P3	MC MUDEI	0,00	3 462 283,40	3 321 500,66	140 782,74
P4	HANDEKA - EMPRESTIMO	0,00	3 772 261,40	0,00	3 772 261,40
P5	A CAMPANHA 4+1	0,00	2 626 248,34	2 385 639,49	240 608,85
P6	RELATÓRIO DH	0,00	0,00	3 772 261,40	-3 772 261,40
TOTAL		44 247 003,06	84 591 559,38	123 835 684,57	5 002 877,87

Peso por Projecto (Base: Saldo Final de 5 002 877,87 AOA)

- DEDD: 92% (4 621 486,28 AOA)
- Handeka - Empréstimo: 75% (3 772 261,40 AOA)
- MC Mudei: 3% (140 782,74 AOA)
- A Campanha 4+1: 5% (240 608,85 AOA)
- RRM: 0% (0,00 AOA - recursos esgotados)
- Relatório DH: -75% (-3 772 261,40 AOA - saldo negativo)

ENTRADAS POR TRIMESTRE	SAÍDAS POR TRIMESTRE
I Trimestre: 15% (12 482 955,00 AOA)	I Trimestre: 24% (30 312 648,14 AOA)
II Trimestre: 34% (28 761 769,64 AOA)	II Trimestre: 29% (36 164 230,25 AOA)
III Trimestre: 43% (36 423 075,33 AOA)	III Trimestre: 23% (28 264 512,18 AOA)
IV Trimestre: 8% (6 923 759,41 AOA)	IV Trimestre: 23% (29 094 294,00 AOA)

A	DEDD	TOTAL 2024	I TRIM 2024	II TRIM 2024	III TRIM 2024	IV TRIM 2024	% P	% G
	ACTIVIDADES DO PROJECTO							
	<i>Promocão de diálogos</i>	402 700,00	50 570,00	28 380,00	183 500,00	140 250,00	1%	0,33%
AD-02	Aluguer sala / equipamentos	170 500,00	50 570,00	26 430,00	93 500,00		0%	0,14%
AD-01	Transmissão Online	232 200,00		1 950,00	90 000,00	140 250,00	0%	0,19%
	<i>Produção de audio-visuais</i>	13 509 840,78	3 537 955,17	3 672 963,61	3 499 012,34	2 799 909,66	17%	10,91%
AD-03	Video Institucional (2D ou 3D)	5 434 125,00	1 500 000,00	1 402 500,00	871 875,00	1 659 750,00	7%	4,39%
AD-04	Video Sátira Descentralizados	6 000 915,78	1 638 955,17	1 632 063,61	2 228 137,34	501 759,66	8%	4,85%
AD-05	Cartoon	2 074 800,00	399 000,00	638 400,00	399 000,00	638 400,00	3%	1,68%
	Sub TOTAL 1:	13 912 540,78	3 588 525,17	3 701 343,61	3 682 512,34	2 940 159,66	18%	11,23%
	PESSOAL							
	<i>Pessoal de Apoio</i>	30 344 403,41	7 477 985,08	7 622 139,44	7 622 139,45	7 622 139,45	39%	24,50%
AA-01	Gestão Programática	11 275 581,88	2 778 720,94	2 832 286,98	2 832 286,98	2 832 286,98	14%	9,11%
AA-03	Gestão Organizacional	11 275 581,88	2 778 720,94	2 832 286,98	2 832 286,98	2 832 286,98	14%	9,11%
AA-02	Finanças	5 637 791,38	1 389 360,92	1 416 143,48	1 416 143,49	1 416 143,49	7%	4,55%
AA-05	Assistente administrativo	2 155 448,28	531 182,28	541 422,00	541 422,00	541 422,00	3%	1,74%
	<i>Monitoria de Imprensa</i>	6 619 748,98	1 593 546,84	1 624 266,02	1 624 266,06	1 777 670,06	8%	5,35%
AA-04	Técnicos de Monitoria de Im	6 619 748,98	1 593 546,84	1 624 266,02	1 624 266,06	1 777 670,06	8%	5,35%
	<i>Gestão de redes e informação</i>	17 620 190,08	4 515 049,36	4 397 476,05	4 353 832,35	4 353 832,31	22%	14,23%
AA-08	Coordenador de comunicação	6 642 784,10	1 726 342,40	1 667 909,70	1 624 266,00	1 624 266,00	10%	5,36%
AA-06	Jornalista	7 841 004,29	1 991 933,54	1 949 690,25	1 949 690,25	1 949 690,25	10%	6,33%
AA-07	Designer	3 136 401,69	796 773,42	779 876,10	779 876,10	779 876,07	4%	2,53%
	<i>Produção de audio-visuais</i>	4 525 605,73	319 500,00	717 948,00	1 550 143,07	1 938 014,66	6%	3,65%
AA-11	Edição Vd / entre/ camara-men	1 955 504,93	319 500,00	357 000,00	423 834,27	855 170,66	2%	1,58%
AA-12	Gestão redes sociais	2 570 100,80		360 948,00	1 126 308,80	1 082 844,00	3%	2,08%
	Sub TOTAL 2:	59 109 948,21	13 906 081,28	14 361 829,51	15 150 380,93	15 691 656,49	75%	47,73%
	ADMINISTRAÇÃO							
	<i>Comunicação e informação</i>	5 791 931,98	367 984,77	1 206 426,15	560 103,46	3 657 417,60	7%	4,68%
AB-02	Compra de Software (faceb	729 126,16		601 413,19	110 473,49	17 239,49	1%	0,59%
AB-01	Comunicação (internet, dados)	1 053 840,00	230 240,00	267 240,00	276 960,00	279 400,00	1%	0,85%
AE-01	Consumíveis administração	957 363,69	114 644,77	220 269,22	104 781,86	517 667,84	1%	0,77%
AE-02	Transporte	224 111,13				15 619,28	0%	0,18%
AE-02	Auditoria Financeira Anual	2 827 490,99		117 903,75	67 888,10	2 827 490,99	4%	2,28%
	Sub TOTAL 3:	5 791 931,98	367 984,77	1 206 426,15	560 103,46	3 657 417,60	7%	4,68%
	AQUISIÇÕES							
	Sub TOTAL 4:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0,00%
	AVALIAÇÕES							
	Sub TOTAL 5:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0,00%
	TOTAL	78 814 420,88	17 862 591,22	19 269 599,27	19 392 996,73	22 289 233,75	100%	63,64%
	Reserva							
	Sub TOTAL 6:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0,00%
	TOTAL DO PROJECTO DEDD	78 814 420,88	17 862 591,22	19 269 599,27	19 392 996,73	22 289 233,75	100%	63,64%

Gráfico Nº 04 – DESPESA POR PROJECTO, DEDD – PPM E MISEREOR

B	RRM - REFORÇO DA REDE MUDEI	TOTAL 2024	I TRIM 2024	II TRIM 2024	III TRIM 2024	IV TRIM 2024	% P	% G
BA-09	Coordenador do projecto	2 124 115,34	1 601 577,74	522 537,60	0,00	0,00	5,98%	1,72%
BA-01	Gestão Programática	1 301 446,72	427 087,37	433 349,75	441 009,60	0,00	3,66%	1,05%
BA-03	Gestão Organizacional	1 200 570,94	427 087,40	433 349,76	340 133,78	0,00	3,38%	0,97%
BA-02	Finanças	1 205 861,58	355 016,41	409 835,57	441 009,60	0,00	3,39%	0,97%
BA-13	Contabilidade (100%)	1 616 009,79		679 948,02	936 061,77	0,00	4,55%	1,30%
BA-05	Assistentente (Tesouraria)	190 323,20		76 129,28	114 193,92	0,00	0,54%	0,15%
	SALARIOS - Sub TOTAL 1:	7 638 327,57	2 810 768,92	2 555 149,98	2 272 408,67	0,00	21,49%	6,17%
	<i>Formação Segurança Digital</i>	7 151 833,11		7 151 833,11		0,00	20,12%	5,78%
BG-01	Viagens Domésticas	2 749 651,48		2 749 651,48		0,00	7,74%	2,22%
BG-02	Alojamento e perdiem	3 800 000,00		3 800 000,00		0,00	10,69%	3,07%
BG-03	Prestação Serviços	31 031,63		31 031,63		0,00	0,09%	0,03%
BG-04	Logística eventos	571 150,00		571 150,00		0,00	1,61%	0,46%
	<i>Reforço Rede Mudei</i>	2 334 391,00		2 174 391,00	160 000,00	0,00	6,57%	1,89%
BG-01	Viagens Domésticas	832 501,00		832 501,00		0,00	2,34%	0,67%
BG-02	Alojamento e perdiem	436 000,00		436 000,00		0,00	1,23%	0,35%
BG-03	Prestação Serviços	4 650,00		4 650,00		0,00	0,01%	0,00%
BH-07	Micro-iniciativas - MP - Comissão Mista DH	1 061 240,00		901 240,00	160 000,00	0,00	2,99%	0,86%
	VIAGENS E PER DIEM - Sub TOTAL 2:	9 486 224,11		9 326 224,11	160 000,00	0,00	26,69%	7,66%
BA-14	Trainers, fees for six online trainings	1 900 000,00			1 900 000,00	0,00	5,35%	1,53%
BA-10	Advogado - Direitos Humanos	1 689 732,36	129 979,35	779 876,91	779 876,10	0,00	4,75%	1,36%
BD-04	Didactic materials for network strengthening	0,00				0,00	0,00%	0,00%
	Contratação de Serviços - Sub TOTAL 3:	3 589 732,36	129 979,35	779 876,91	2 679 876,10	0,00	10,10%	2,90%
BB-01	Comunicação	33 000,00		33 000,00		0,00	0,09%	0,03%
BE-01	Custos de instalação	1 565 366,86	371 603,35	89 469,99	1 104 293,52	0,00	4,40%	1,26%
BC-01	Equipamento informático	255 872,00	80 944,00		174 928,00	0,00	0,72%	0,21%
BF-02	Offices supplies	910 155,16		295 250,00	614 905,16	0,00	2,56%	0,73%
	OUTROS CUSTOS INDIRECTOS - Sub TOTAL 4:	2 764 394,02	485 547,35	384 719,99	1 894 126,68	0,00	7,78%	2,23%
BH-01	Programa Rádio - MP - Huambo, Jango Cultural	1 230 000,00		1 025 000,00		0,00	3,46%	0,99%
BH-02	Micro-iniciativas - MP - Associação Massuika	2 177 239,98	1 255 119,99	922 119,99		0,00	6,13%	1,76%
BH-03	Micro-iniciativas - MP - Associação Mudar Viana	2 211 240,00	1 343 620,00	867 620,00		0,00	6,22%	1,79%
BH-04	Micro-iniciativas - MP - Bloco de Resistência do Leste	2 090 224,00	1 350 620,00		739 604,00	0,00	5,88%	1,69%
BH-05	Micro-iniciativas - MP - Mentores Brilhantes	2 177 240,00	1 427 240,00		750 000,00	0,00	6,13%	1,76%
BH-06	Micro-iniciativas - MP - Resistência Malangina	2 177 240,00	1 488 620,00			0,00	6,13%	1,76%
	Sub TOTAL 5:	12 063 183,98	7 070 219,99	3 503 359,99	1 489 604,00	0,00	33,94%	9,74%
	TOTAL DO PROJECTO RRM - NED	35 541 862,04	10 496 515,61	16 549 330,98	8 496 015,45		100,00%	28,70%

Gráfico Nº 05 – DESPESA POR PROJECTO, RRM, NED

DOAÇÕES	DOAÇÕES	TOTAL 2024	I TRIM 2024	II TRIM 2024	III TRIM 2024	IV TRIM 2024	% P	% G
DA-03	Gestão Organizacional	84 094,85	0,00	0,00	0,00	84 094,85	2,53%	0,07%
DA-10	Advogado	243 061,38	0,00	0,00	0,00	243 061,38	7,32%	0,20%
DB-02	Pagamento Aplicativos (Facebook, Google)	77 333,12	0,00	0,00	0,00	77 333,12	2,33%	0,06%
DC-01	Equipamento Informático	423 400,00	260 000,00	73 000,00	0,00	90 400,00	12,75%	0,34%
DE-01	Consumíveis de Escritório	25 906,31	6 636,31	5 000,00	0,00	14 270,00	0,78%	0,02%
DH-01	Programa de Radio - Jango Cultura	70 000,00	0,00	0,00	0,00	70 000,00	2,11%	0,06%
DH-07	Programa de Radio - Bengo Mizangala	587 300,00	240 000,00	267 300,00	80 000,00	0,00	17,68%	0,47%
DH-09	Direitos Humanos	140 000,00	0,00	0,00	140 000,00	0,00	4,21%	0,11%
DI-01	Assembleia Geral	111 905,00	111 905,00	0,00	0,00	0,00	3,37%	0,09%
DK-01	Devolução	68 000,00	0,00	0,00	0,00	68 000,00	2,05%	0,05%
DK-01.1	Aplicativo de sondagem	400 000,00	400 000,00	0,00	0,00	0,00	12,04%	0,32%
DL-01	Produção de Audiovisuais	935 000,00	935 000,00	0,00	0,00	0,00	28,15%	0,76%
DD-02	Aluguer de Salas e equipamentos	93 500,00	0,00	0,00	93 500,00	0,00	2,81%	0,08%
DG-03	Prestação Serviços (lanches e outros)	62 000,00	0,00	0,00	62 000,00	0,00	1,87%	0,05%
	TOTAL DAS DESPESAS DAS DOAÇÕES	3 321 500,66	1 953 541,31	345 300,00	375 500,00	647 159,35	100,00%	2,68%

Gráfico Nº 06 – DESPESA POR PROJECTO, DOAÇÕES

Gráfico N° 07 – DESPESA POR PROJECTO, AMNESTY INTERNATIONAL

	Campanha 4 + 1	TOTAL 2024	I TRIM 2024	II TRIM 2024	III TRIM 2024	IV TRIM 2024	% P	% G
HM-01	Local, som, luzes	53 480,00	0,00	0,00	0,00	53 480,00	2,24%	0,04%
HM-02	Impressão de uma faixa para o palco	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
HM-12	Prestação de Serviços	1 717 228,98	0,00	0,00	0,00	1 717 228,98	71,98%	1,39%
HM-04	Impressão de folhetos para publicidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
HM-05	Transporte	31 000,00	0,00	0,00	0,00	31 000,00	1,30%	0,03%
HM-06	Comunicação (saldo e internet)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
HM-08	Alimentação e bebidas	58 680,84	0,00	0,00	0,00	58 680,84	2,46%	0,05%
HM-11	Comissões bancárias e contingências (7%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
HM-13	Despesas Administrativas (10%)	525 249,67	0,00	0,00	0,00	525 249,67	22,02%	0,42%
	TOTAL DAS DESPESAS DA CAMPANHA	2 385 639,49	0,00	0,00	0,00	2 385 639,49	100,00%	1,93%

I	Relatório Violação DH	TOTAL 2024	I TRIM 2024	II TRIM 2024	III TRIM 2024	IV TRIM 2024	% P	% G
IM-01	Local, som, luzes	264 304,00	0,00	0,00	0,00	264 304,00	7,01%	0,21%
IM-02	Alimentação e bebidas	1 675 400,00	0,00	0,00	0,00	1 675 400,00	44,41%	1,35%
IM-12	Viagens	650 034,00	0,00	0,00	0,00	650 034,00	17,23%	0,52%
IM-04	Hospedagem e perdiem	1 110 000,00	0,00	0,00	0,00	1 110 000,00	29,43%	0,90%
IM-05	transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
IM-06	Comunicação (saldo e internet)	30 000,00	0,00	0,00	0,00	30 000,00	0,80%	0,02%
IM-13	Comissões bancárias e contingências (7%)	42 523,40	0,00	0,00	0,00	42 523,40	1,13%	0,03%
S	TOTAL DAS DESPESAS DO RELATÓRIO	3 772 261,40	0,00	0,00	0,00	3 772 261,40	100,00%	3,05%

AMNESTY
INTERNATIONAL

V. SUSTENTABILIDADE

Para garantir a sustentabilidade da actuação do Mudei, a 30,11.2022 elaborámos a estratégia de captação de fundos, para dar suporte à área de comunicação e informação para a democratização de Angola, mesmo em momento de total ausência de financiamentos.

A seguir apresentamos em linhas gerais a estratégia.

Objectivo específico:

Estruturar a área de comunicação institucional com vista à diversificação de fundos para a actuação do MC Mudei

Resultados:

1. Ampliar a nossa capacidade de comunicação;
2. Ampliar e aumentar a nossa capacidade de angariação de fundos;
3. Aumentar a sustentabilidade da nossa actuação, tendo em vista a visão, missão, e estratégia do MC Mudei;
4. Melhorar os sistemas de gestão e comunicação interna;
5. Melhorar a segurança Cibernética;

Razão de ser do plano de captação de recursos:

1. **Limitada capacidade de atuação para MC Mudei** participar numa sistemática monitoria do funcionamento de instituições e processos chave para a democratização de Angola, através da (1) Comunicação Social, a (2) Monitoria da Execução de planos, orçamento e aplicação de Recursos Públicos e (3) Processos Eleitorais (nacionais e locais).

2. Limitada capacidade de comunicar com membros, parceiros e cidadãos, para:

-
- Informar às pessoas sobre o que fazemos - apoio
-
- Prestar contas, ser transparente - credibilidade
-
- Solicitar doações - recursos
 - Buscar voluntários - adesão
 - Avançar com a causa - mobilizar a sociedade

3. **Necessidade de reforço da capacidade** de membros e parceiros participarem, monitorarem, comunicarem e agirem coletivamente.

Principais actividades:

1. **Estruturar o sistema de Captação de recursos através de indivíduos** que se identificam com a causa quer estejam ligados ao Mudei, ou sejam sem compromisso (podendo doar de acordo com as suas possibilidades - Angola e exterior);
 - a) Recrutar o coordenador para a Gestão Comunicação nas redes sociais;
 - b) Ampliar a base de dados do MC Mudei (Mailing-List);
 - c) Criar conteúdo interessante e gerar "leads". A partir dos leads, e-mail marketing;
 - d) Anúncios gratuitos em portais das principais plataformas digitais a operar em Angola;
 - e) Um doador traz outros possíveis doadores, para este fim, recolher os dados de pessoas que participam de eventos e tentar convertê-los em doadores;
 - f) Utilizar o Google Grant - aplicativo que auxilia as organizações sem fins lucrativos a compartilhar suas causas com o mundo;
2. **Conceber e divulgar a campanha de Crowdfunding: Juntos podemos democratizar Angola** - direcionada para a diáspora fazendo recurso de embaixadores da causa junto de empresários. Alvo: indivíduos na diáspora, instituições com interesses compartilhados;
 - a) Conceber o conteúdo do vídeo e a catálogo de necessidades
 - b) Produzir o vídeo
 - c) Identificar embaixadores da causa
 - d) Lançar a campanha
3. **Estabelecer e aprofundar o relacionamento com empresários e empresas** que já estão em relação com o Mudei, para mobilizar recursos de micro e médias empresas:
 - Apoio logístico prestado diretamente;

 - Patrocínio de projetos, equipamentos ou eventos;

 - Doação de produtos ou serviços;

 - Marketing relacionado a causas;

 - Contratação de serviços;

 - a) Fazer o levantamento de empresários que têm uma relação pessoal com os membros do MC Mudei;
 - b) Estabelecer relações com artistas para promovermos trimestralmente um evento cultural que nos permita comunicar a nossa causa de forma criativa;
4. **Mobilizar recursos pela via do projecto de novas agências de financiamento** com vista a ampliar a capacidade de arrecadação de fundos, diversificar as fontes de financiamento para que se possa alcançar maior sustentabilidade organizacional para lidar com adversidades.

Principais Resultados;

1. Em relação ao ponto 1, 2 e 3 da Estratégia, nada avançámos, pois até ao presente momento tivemos dificuldade de localizar um coordenador para a área de comunicação com competência na área de captação de fundos.
2. Conseguimos garantir a continuidade do financiamento da PPM e MISEREOR até 2028, pois fomos capazes de construir credibilidade.
3. Incluimos mais dois financiadores:
 - a. A NED, que financiou o projecto de Reforço da Rede Mudei, e aprovou o projecto de continuidade para mais dois anos (outubro 2023-setembro 2026) para o reforço da coordenação e articulação do Sociedade Civil
 - b. Iniciámos a parceria com a Amnistia International, para projectos pontuais, na área de defesa dos Direitos Humanos

A woman in traditional Angolan dress stands by a small fire at night. The sky is dark with stars and a green aurora borealis. The word MUDEI is overlaid in large white letters.

MUDEI

Para que Angola Mude